

# Crescer e modernizar

ARTHUR SENDAS

O GLOBO  
30 DEZ 1989

**N**a década que se encerra em 1990 a economia brasileira passou por altos e baixos, mas o resultado líquido em termos de melhoria padrão de vida médio da população foi próxima de zero. A produção aumentou o equivalente ao crescimento demográfico. Houve deterioração dos serviços sociais básicos como educação, saúde, saneamento, segurança. Houve deterioração da infraestrutura econômica de telecomunicações, energia e transportes. Os problemas sociais se agravaram. Mas foi um período em que muito se aprendeu sobre a realidade sócio-econômica do País. A abertura política criou condições para o debate e para o esclarecimento.

Encerramos os anos 80 com difíceis desafios, mas conhecemos os caminhos que devemos trilhar para solucioná-los. É por isso que somos otimistas quanto às perspectivas para a década de 90, período em que vamos nos preparar para ingressar no terceiro milênio com a certeza de integrar o grupo dos países de primeira grandeza.

É fundamental entender, entretanto, que desenvolvimento e modernização não acontecem por acaso. Se não formos capazes de equacionar com competência, seriedade e muito trabalho os profundos desequilíbrios do momento, corremos o risco de perder o bonde da história. Encontramo-nos em uma encruzilhada histórica neste final de século. Dependendo da direção que tomaremos, podemos nos tornar um País rico e moderno, importante e respeitado, ou País subdesenvolvido do Terceiro Mundo com problemas sociais cada vez mais agudos. Que caminho adotar só depende dos brasileiros. Não depende dos países mais ricos, não depende dos credores externos como muitas vezes, erroneamente, se pensa.

O Brasil já demonstrou que possui grande potencial de desenvolvimento. Já é um País muito importante pela sua dimensão econômica, geográfica e democrática. Não somos uma promessa, portanto. Somos uma realidade. Apenas temos que estar cientes de que não podemos parar. Precisamos retomar o desenvolvimento em bases sustentadas. A tarefa é de todos. Mas aos responsáveis maiores pela administra-

ção do País cabe uma parcela maior de responsabilidade no sentido de estimular o potencial construtivo da sociedade.

Ao novo Governo, eleito pelo voto direto, cabe a responsabilidade maior de colocar o País no caminho que leve ao desenvolvimento, à justiça social, à democracia, à sociedade. É fundamental entender, desde logo, que a eleição não deve dividir os brasileiros entre ganhadores e perdedores. Precisamos de união e de trabalho harmonioso que nos permita superar as dificuldades conjunturais para que todos saiam vencedores.

A primeira tarefa do novo Governo é estabilizar a economia, através de uma política financeira sadia. Nos últimos anos, os desequilíbrios entre receitas e despesas têm sido enormes. Tem-se abusado do recurso às emissões de moeda e de títulos da dívida pública para gastos nem sempre prioritários. É fundamental, pois, que se promova o reequilíbrio das finanças públicas como condição básica para que a inflação possa ser controlada de forma definitiva. O primeiro passo para o saneamento do orçamento público deve ser no sentido de cortar as despesas supérfluas, como empreguismo, superdimensionamento da máquina burocrática, projetos não prioritários, subsídios e incentivos injustificáveis. Somente melhorando a qualidade dos gastos e austeridade dos demais segmentos da sociedade. Austeridade e sacrifícios serão necessários durante a execução da política de combate à inflação. Não reconhecer essa dura realidade seria utópico.

Recuperado o equilíbrio financeiro e controlado o processo inflacionário, o poder público reabilitaria sua capacidade social básica (educação básica, saúde, saneamento, segurança, justiça) e sua infraestrutura econômica (energia, sistema de transportes, comunicações). A recuperação desses investimentos é fundamental para que a atividade produtiva a cargo do setor privado possa se expandir e modernizar, criando mais emprego com melhores salários.

Dependerá também do poder público a adoção de políticas eficazes com relação à dívida externa, ao capital estrangeiro, à dívida interna, à privatização, à agricultu-

ra. A dívida externa é fundamental que se faça uma negociação realista, que seja a menos onerosa para a sociedade brasileira. Pensamos que, com aquilo que depende somente de nós no plano interno, sem dúvida iremos melhorar nosso poder de barganha na negociação com os credores externos. Simples bravatas nessa área costuma sair caro para toda a sociedade. O capital estrangeiro é importante para ampliar os investimentos e trazer tecnologias avançadas. O tratamento hostil a esse capital não interessa à Nação. Devemos procurar, cada vez mais, uma integração produtiva com o resto do Mundo.

A dívida interna no Brasil ainda é de dimensão perfeitamente administrável. É importante que as finanças pública sejam saneadas para que a dívida não continue a crescer a taxas elevadas. A queda da inflação criará condições para um alongamento no prazo dessa dívida. Deve-se descartar inteiramente expedientes como moratória ou calote. Isso não interessa nem ao Governo nem aos poupadores. Pelo grau de intervenção estatal na economia brasileira é difícil imaginar um processo eficiente de modernização sem a execução de um adequado programa de privatização. Já temos alguma experiência com o trabalho do BNDES, com reprivatizações. O importante é acelerar esse processo. As atividades econômicas em geral nas áreas agrícola, comercial e industrial precisam basicamente de liberdade para trabalhar. O Governo deve-se preocupar menos com a concessão de subsídios, incentivos e reservas de mercado e mais com desburocratização e redução de interferências de modo geral.

Somente assim teremos um sistema econômico moderno e competitivo, em benefício do consumidor. Somente assim poderemos ter, efetivamente, a retomada do desenvolvimento e a modernização da economia na década dos 90. Somente assim poderemos nos candidatar a entrar no terceiro milênio com a certeza de dias melhores para todos os brasileiros.